

Ensino público vai mudar

Educação

Projeto prevê aumento de carga horária e do número de séries

De 100 alunos que ingressam na primeira série do 1º grau, apenas 14 chegam à 8ª série. De posse desta estatística, que revela o alto índice de reprovação na escola pública, a Secretaria estadual de Educação resolveu adotar um novo sistema de ensino no próximo semestre, em caráter experimental, em cinco escolas ainda não definidas. As mudanças, contidas no plano de *Reformulação do sistema público de ensino do Estado do Rio de Janeiro; diretrizes, metas e prioridades para 1992*, foram explicadas ontem pelo subsecretário adjunto, Paulo Sérgio Duarte.

De acordo com o plano, o 1º grau, passará a ter 10 séries, ao invés das oito atuais, e terá a carga horária estendida de quatro horas diárias para seis. Este primeiro segmento será dividido em duas partes e, ao concluir a 5ª série, o aluno receberá diploma comprovando que adquiriu as noções

básicas do ensino, estando apto a ler, escrever e desenvolver as quatro operações matemáticas.

O 2º grau terá duas vertentes: ensino técnico e colégio universitário. A primeira corrente terá vínculos com entidades privadas, como Senai, Sesi e Senac. Já a segunda — uma espécie de curso preparatório — será acompanhada pelas próprias universidades. "Este novo 2º grau teria que estar fortemente entrelaçado com o ensino superior, com as universidades. Seria, de fato, um curso preparatório para o acesso à universidade", explicou Duarte. As duas vertentes terão duração de dois anos.

Ao tomar conhecimento do plano, a presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), Florinda Lombardi, não economizou críticas: "Esses projetos nunca são discutidos com o magistério. É mais

um pacote educacional. Isso dificulta inclusive a implantação, feita pelos profissionais de educação", disse ela. Florinda destacou a inexistência de um plano salarial no projeto que prevê a reestruturação do ensino. "Quero saber com que recursos o estado vai fazer isso, já que a verba prevista para a educação já foi aprovada pela Assembleia Legislativa", destacou.

Ela criticou ainda os novos descontos na folha de pagamento dos profissionais de ensino, em razão da greve iniciada em 9 de março e que durou 24 dias. Segundo Florinda, a secretaria não respeitou o acordo acertado com o Sepe. Ela lembrou que, com a aprovação do novo salário mínimo (Cr\$ 230 mil), os professores e o pessoal de apoio terão que receber um abono do governo por terem, respectivamente, pisos salariais de Cr\$ 176 mil e Cr\$ 101 mil.

08 MAI 1992

JORNAL DO BRASIL